

**EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.276 - MG
(2019/0201872-1)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES MACEDO
ADVOGADO : ANA CAROLINA MOTA RAMOS E OUTRO(S) - MG134633
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. FOLHA DE ANTECEDENTES DE OUTRO RÉU JUNTADA AOS AUTOS. AFASTAMENTO DO RISCO DE REITERAÇÃO COMO MOTIVAÇÃO. CUSTÓDIA QUE PERMANECE JUSTIFICADA DIANTE DO *MODUS OPERANDI*. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Os embargos de declaração são recurso com fundamentação vinculada, sendo imprescindível a demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, obscura, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art. 619 do Código de Processo Penal. Podem ser admitidos, ainda, para correção de eventual erro material e, excepcionalmente, para alteração ou modificação do *decisum* embargado.

2. Na hipótese, com razão o embargante pois a folha de antecedentes criminais utilizada para justificar o risco de reiteração criminosa diz respeito a outra pessoa e não ao ora embargante. Assim, a prisão preventiva do recorrente foi, em parte, indevidamente justificada na instância ordinária no risco de reiteração delitiva.

3. Contudo, este não foi o único fundamento utilizado para motivar a custódia cautelar do recorrente. Da leitura do acórdão embargado, verifica-se que a segregação cautelar também foi decretada em razão da periculosidade social do recorrente, evidenciada pelas circunstâncias concretas do delito.

4. Assim, embora seja de rigor o acolhimento dos presentes embargos para afastar o risco de reiteração delitiva como fundamento para o decreto prisional, tal fato não modifica o resultado do julgamento do recurso

Superior Tribunal de Justiça

ordinário em *habeas corpus*, porquanto a custódia cautelar está motivada na gravidade concreta do delito e na periculosidade do recorrente em razão do *modus operandi* empregado.

5. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos, sem efeitos infringentes, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator